

# A POLÍTICA DE ESPORTE ESCOLAR NO BRASIL: A PSEUDOVALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Dr. VALTER BRACHT  
Professor Lesef/CEFD/UFES  
E-mail: vbracht@starmedia.com

FELIPE QUINTÃO DE ALMEIDA  
Acadêmico em Educação Física da UFES e bolsista IC do CNPq  
E-mail: fqalmeida@ig.com.br

## RESUMO

*A discussão que diz respeito às relações assumidas entre a educação física (EF) e o esporte suscita instigantes debates em nossa área. Nesse sentido, nosso objetivo com este artigo, sem pretender esgotar o tema, é discorrer acerca das ligações estabelecidas entre a educação física e a política esportiva no país – principalmente ao longo das últimas três décadas do século XX – tendo como eixo norteador a seguinte questão: o que tem significado para a educação física como componente curricular, o fato do esporte ser desenvolvido na escola sob a influência do sistema esportivo pela intermediação do Estado?*

*PALAVRAS-CHAVE: Educação física; políticas públicas; esporte.*

## INTRODUÇÃO

As relações entre a educação física e o esporte são geradoras de tensões já que se constituem em dois universos simbólicos distintos, nem sempre compatíveis. Estas tensões refletem-se também no âmbito das políticas públicas. Historicamente, a educação física vai ser objeto de atenção e intervenção tanto de políticas públicas educacionais quanto esportivas. Assim sendo, o presente artigo propõe-se a discutir o que vem significando, para a educação física como componente curricular, esta justaposição de políticas.

## POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL E NEOLIBERAL

As políticas públicas do Estado do Bem-Estar Social (*Welfare State*) representaram, entre outros acontecimentos, uma vitória da classe trabalhadora por direitos sociais<sup>1</sup>, passando a ficar sob a égide do Estado a concretização de numerosas responsabilidades, objetivando promover o bem-estar do cidadão em áreas como a da saúde, da educação, do emprego, da previdência social, do transporte etc. Concebidas dessa forma, as políticas públicas significavam a intervenção direta do Estado voltada para o atendimento da população de forma abrangente e não apenas de uma classe ou grupo social (Silva, 1999).

No entanto, de acordo com Oléias (1999, p. 69),

[...] dentro de uma análise da realidade política, constata-se que estamos vivenciando o fim do Estado de bem-estar social, enquanto definidor de políticas públicas. Em outras palavras, o termo políticas públicas faz parte do passado. Em seu lugar, o poder do capital apresenta o modelo de Estado neoliberal, onde o marco central é tornar privado e submeter ao interesse do mercado qualquer atividade da vida social.

O que estamos a observar com essa “onda” globalizante da doutrina neoliberal é o arrefecimento de políticas cujo alvo seja o social e presenciamos um deslocamento das atenções públicas para as exigências de um mercado que se impõe como um valor quase sagrado, de força absoluta e sobrenatural.

O sistema educacional brasileiro foi um dos setores mais influenciados pelas modificações emanadas dessa política, sendo patentes as alterações exigidas na qua-

---

1. Somos sabedores de que esta é uma tese polêmica. Uma outra leitura das razões do surgimento do *Welfare State* possível, por exemplo, é aquela que o interpreta como uma concessão estratégica da burguesia para atenuar os conflitos sociais. Outra observação importante é a de que no Brasil não chegamos a construir um *Welfare State*, no entanto, mesmo antes de sua concretização, fomos assolados pela onda neoliberal e sua perspectiva do Estado mínimo.

lificação para o “novo” mundo do trabalho e o conseqüente amoldamento da formação humana voltada para essa perspectiva.

Para Nozaki (2002, p. 219),

[...] as políticas educacionais brasileiras acompanham, dessa forma, o movimento das teses neoliberais, no sentido de enxugamento da folha de pagamento do Estado, da desobrigação deste último em financiar uma educação de qualidade, mas ao mesmo tempo edificar leis e diretrizes para a formação de um determinado homem capacitado à integração dentro do modelo da economia globalizada<sup>2</sup>.

Vivemos a era das competências, o que obriga o trabalhador a se ajustar ao modelo proposto por esse novo quadro produtivo e que os centros de formação abdicuem de uma formação de caráter mais humanista (um currículo visando à formação integral) e curve-se às necessidades do mercado profissional. Assim, a produtividade torna-se o elemento central da elaboração das políticas públicas.

Nesse bojo, a presença de muitas disciplinas, como a sociologia, a filosofia, a educação artística e a educação física, é ameaçada em função dos novos contornos assumidos para o projeto de educação hegemônico em voga.

Sob essa realidade, existe a possibilidade de que não apenas os pedagogos críticos não incluam a educação física em seus projetos educacionais, mas que os pensadores e formuladores do projeto de educação liberal-burguês acabem por se desinteressar pela educação física como componente curricular<sup>3</sup>.

Dessa feita, notório é que a configuração daquilo que entendemos por Estado nacional enfrenta um período de reformulações e profundas mudanças, cujos corolários afetam diretamente seus encargos sociais e a população que deles usufruía por direito.

Analisar os liames entre o Estado e o esporte é identificar o tipo de relação assumida entre o Estado e a sociedade civil numa determinada época ou sociedade. Os interesses do Estado ao intervir na organização esportiva são os mais variados, pois vão “[...] desde a ‘integração nacional’, ‘a educação cívica’, ‘preservação da

---

2. Conseqüências de uma postura como essa podem ser identificadas pela explosão de instituições de nível superior privadas, as privatizações em massa, os programas de trabalho voluntário etc. que pululam pelo país e evidenciam a desresponsabilidade do Estado para com a “coisa” pública.

3. Foge ao escopo deste texto analisar as possibilidades e/ou limites de assertivas como essas; entretanto, recomendamos aos leitores, para aprofundamento da questão, a leitura dos textos de Gariglio (2001), Sadi (2001) e do próprio Nozaki (2002), nos quais encontramos argumentos (favoráveis e contra) para uma possível adequação – e suas conseqüências – da educação física aos preceitos necessários ao quadro formativo para o novo trabalhador que o capital demanda.

saúde da população', 'melhoria da qualidade de vida', 'oferecimento de oportunidades de lazer' etc." (Bracht, 1997, p. 68).

Em que pesem as simplificações, diríamos que duas foram as idéias que orientaram a intervenção do Estado no setor esportivo, mormente nas quatro ou cinco últimas décadas do século XX: a) o esporte como instrumento de ação política no plano internacional (o desejo declarado por medalhas); b) a idéia de que a prática de esportes em massa é promotora da saúde e de uma melhor qualidade de vida da população, compensando os problemas advindos da vida urbana crescentemente tecnologicizada, típico daquilo que caracterizamos como o Estado de bem-estar social.

É a partir desse último enfoque que a prática esportiva vai ser considerada um direito do cidadão e dever do Estado e começa a aparecer nas constituições e cartas magnas.

No caso brasileiro, as relações entre o Estado e o sistema esportivo se caracterizaram por seu aspecto autoritário, consolidando uma "[...] estrutura para o sistema esportivo brasileiro baseada em princípios tutelares, corporativos e arbitrários. O modelo da institucionalização esportiva daí decorrente perdurou por cinquenta anos, resistindo às diferentes variações decorridas no período democrático pós-45 e na ditadura militar, além de adentrar à Nova República" (Linhales, 1997, p. 220).

Ainda segundo Linhales (1997, p. 221),

[...] o setor esportivo burocratizou-se e nos planos, diretrizes e projetos que compunham o planejamento centralizado do Estado, o esporte aparece como um direito social, a partir de uma perspectiva liberal-funcionalista: deveria ser oferecido a todos, com um bem moderno e capaz de funcionar como elemento de compensação e de equilíbrio dos efeitos negativos do mundo industrializado e urbano. Tal discurso, que apontava pela primeira vez para a ampliação do acesso ao esporte, veio, entretanto, acompanhado por um outro objetivo central no período<sup>4</sup>: o incremento do esporte de alto rendimento.

O importante, conforme Bracht (1997, p. 81),

[...] é ressaltar que para conseguir eficiência no que diz respeito ao motivo central da intervenção do Estado, qual seja, obter conquistas esportivas internacionais, buscava-se a construção de um sistema esportivo integrado (baseado na idéia da pirâmide esportiva). [...] o sistema esportivo é um parceiro dos governos federais, que oferece como retorno, basicamente, um produto simbólico que é o prestígio/reconhecimento internacional com repercussões internas de caráter legitimador e, secundariamente, um retorno econômico.

---

4. Refere-se ao período da ditadura pós-1964.

Em virtude disso, há uma enorme dificuldade, por parte do Estado, em perceber outras organizações localizadas no âmbito da sociedade civil como parceiras em potencial bem como a dificuldade em romper o modelo da pirâmide<sup>5</sup>, cujo precípua objetivo é a obtenção de resultados esportivos expressivos em plano internacional, pois é dessa forma que se (transforma) transfere capital simbólico para o sistema político.

Hoje, segundo Linhales (1997, p. 223), “[...] o esporte de âmbito internacional, mais que uma genuína representação das capacidades esportivas da nação, encontra-se fortemente orientado pelos interesses do mercado esportivo, seus lucros, alguns monopólios e capacidade de pressão”.

Essa situação, recrudescida com o fim da Guerra Fria, com o advento da crise do Estado de bem-estar social e o conseqüente avanço do neoliberalismo, permite-nos presenciar, paulatinamente, essa modificação, ou seja, a passagem de um modelo de esporte que o entendia como um bem social e importante para a saúde do cidadão, portanto, como um direito deste, para a idéia do esporte como um direito do consumidor. A partir daí, em função de sua crescente mercadorização<sup>6</sup>, as categorias da saúde e da educação perdem sentido e legitimidade para justificar a intervenção do Estado neoliberal. Cada vez mais fica forte o apelo econômico para a reivindicação da ajuda estatal<sup>7</sup>.

Se nos reportarmos à recente história da educação física brasileira, notadamente a partir da década de 1970, constataremos que as políticas públicas, principalmente a federal, encaminhou uma incorporação do esporte escolar ao sistema esportivo nacional, sendo aquele, em muitos casos, orientado pelos órgãos que possuem vinculações com o sistema esportivo *stricto sensu*. Estabeleceu-se uma relação de mútuo condicionamento: ao componente curricular educação física é colocada a tarefa de funcionar como o alicerce do esporte de rendimento, sendo considerado a base da pirâmide; e a instituição esportiva, com o discurso da saúde e da educação, lança mão desses argumentos para conseguir apoio e financiamento público e alcançar legitimidade social.

Gostaríamos de salientar, após essa explanação, que a política do esporte escolar, desde sua origem, possui mais “[...] a intenção velada de atender aos inte-

---

5. Mais à frente, veremos como esse modelo se repete com as novas investidas do Ministério do Esporte e Turismo (MET).

6. Ver a respeito Bracht (2001 e 2002).

7. Nos argumentos arrolados pelo governo, com o intuito de realizar as Olimpíadas de 2004 na cidade do Rio de Janeiro, não foram apresentados motivos educacionais, da saúde e, por incrível que pareça, esportivos; os motivos estão atrelados ao plano econômico (tais como o turismo, melhoria da infra-estrutura, geração de empregos etc.) (Bracht, 1997).

resses do desporto de alto nível do que propriamente se inserir no processo de garantir ao meio escolar um instrumento de socialização [...]” (Castellani Filho, 1985, p. 10). Ainda segundo esse autor,

[...] desde o Estado Novo, o esporte escolar e comunitário justificam-se, na estrutura do sistema esportivo brasileiro, como fomentadores do esporte de alto rendimento. Desta forma, alocar recursos para o esporte educação e esporte participação – como determina a Constituição Brasileira – significa, em última instância, destinar recursos públicos para o esporte performance (2001, p. 588).

As políticas públicas e a legislação esportiva, a partir da década de 1970, expressam, em nosso entendimento, a tensão entre o papel da EF – e o esporte escolar a ela vinculado – e os interesses do sistema esportivo. Em linhas gerais é possível dizer, no entanto, que o sistema esportivo é atendido pelo Estado, fazendo do esporte escolar (da EF) a base da pirâmide esportiva. Paradigmático é o caso do Programa Esporte na Escola, criado pelo MET, no ano de 2001, e as justificativas advogadas pelos seus propugnadores no intuito da sua implantação nas escolas brasileiras, alvo de nossa análise no próximo tópico.

#### ESPORTE NA ESCOLA: POSSIBILIDADES (NÃO)LEGITIMADORAS DE UM COMPONENTE CURRICULAR

Após o “fracasso brasileiro” nas Olimpíadas de Sydney, em meados do ano 2000, irromperam, em diversas instâncias da sociedade brasileira, numerosos questionamentos acerca dos motivos responsáveis por tão fraca participação.

Patente, em nosso entendimento, foi o desencadeamento de um movimento “pró” educação física após esses jogos, reivindicando um pretense retorno da obrigatoriedade da educação física no interior das escolas brasileiras. O poder público, mostrando-se sensível aos “anseios populares”, sente-se ainda responsável por ações políticas ligadas ao setor esportivo. Esse foi um motivo assaz útil para que dois segmentos de nossa sociedade se manifestassem e pleiteassem alguma responsabilidade nesse processo: trata-se dos interesses do sistema esportivo e dos interesses corporativos da educação física, estes últimos representados pelo Conselho Federal de Educação Física (Confef). Os resultados foram, por um lado, a criação do Programa Esporte na Escola e, por outro, o processo de revisão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), fruto, talvez, do próprio Programa.

O governo brasileiro, aquiescendo com as reivindicações e buscando solucioná-las, cria, no dia 21 de junho de 2001, o Programa Esporte na Escola, cujo objetivo é “[...] devolver a educação física às escolas brasileiras e beneficiar 36 mi-

lhões de crianças em todo o país” (Esporte na Escola, 2002, p. 1), e isso por via da revalorização das práticas esportivas no interior da escola, constituindo-se numa contribuição singular para o futuro do esporte no país.

A elaboração do programa ficou sob a responsabilidade do Ministério do Esporte e Turismo (MET), que, com a aquiescência do Ministério da Educação e Cultura (MEC), pretende atender àquela soma de crianças proporcionando

[...] a melhoria da qualidade de vida e do estado de saúde da população brasileira, além de ter um importante papel de coadjuvante no combate às drogas, à violência, na formação social, no aprimoramento da personalidade da criança, entre outros benefícios sociais, e como conseqüência a revelação de novos talentos esportivos (Esporte na Escola, 2002, p. 3).

Isso porque, no entender dos propugnadores do programa, o desempenho do país em Sydney “[...] foi a gota d’água para se repensar o esporte nacional de uma outra perspectiva, voltada para o futuro e não mais para o imediatismo. Concluiu-se que é preciso começar pela base, ou seja, pela escola” (Esporte na Escola, 2002, p. 9-26, passim).

No cerne da proposta governamental, está o notório argumento de que o esporte, como instrumento educacional, está diretamente relacionado com as finalidades gerais da educação. No entanto, para Grael, atual Secretário Nacional dos Esportes e um dos idealizadores do programa, com ele

[...] teremos condições de detectar talentos e encaminhar esses jovens para a estrutura esportiva formal. A estrutura do esporte é piramidal. Precisa ter a ligação entre a base da pirâmide e o meio [...] para – mais tarde, quem sabe – esses jovens se projetarem em nível internacional atingindo o topo da pirâmide (Esporte na Escola, 2002, p. 21).

De acordo com Nuzman, presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB)<sup>8</sup>, “[...] o esporte na escola é a iniciativa mais importante da história do esporte no Brasil [...]” (Esporte na Escola, 2002, p. 20), oferecendo a possibilidade de a criança se tornar um grande atleta num futuro próximo.

Na impossibilidade, em função da exigüidade do espaço, de uma análise mais detalhada do programa, entendemos úteis alguns questionamentos e ulteriores considerações: está efetivamente na escola o futuro do esporte de alto rendimento nacional? A falta de uma política esportiva nacional diz respeito à EF como componente curricular? Será o espaço escolar o adequado para a efetivação de políticas públicas pensadas para o esporte de alto rendimento? É função precípua da

---

8. Comitê este parceiro do Programa Esporte na Escola.

EF realizar um trabalho voltado à iniciação esportiva, visando a atender às necessidades do sistema esportivo?

Existem muitas razões para respondermos negativamente a essas questões. Entretanto, o que nos importa é salientar aqui que a retórica presente no programa governamental reedita um discurso há muito presente na EF brasileira, qual seja, a retomada da idéia da pirâmide esportiva, subordinando, mais uma vez, o desporto escolar àquilo que é de interesse do esporte de alto rendimento, tornando-se perceptível o corte, já denunciado, da perda do projeto político-pedagógico da EF para o esporte de rendimento. Em outras palavras, a subordinação da EF à política esportiva.

Para Oliveira (2001, p. 141),

[...] A mídia, intelectuais e [parte dos] professores da área, órgãos de representação e até mesmo o próprio MEC reivindicam uma maior e melhor organização da Educação Física escolar – leia-se esporte – a fim de dotarmos o esporte brasileiro de uma ‘base’ dupla e segura de formação e desenvolvimento de atletas olímpicos [...].

Não menos importantes são os interesses oriundos do segundo segmento por nós apontado (o corporativo), também resultado, em certa medida, dessa “pressão” advinda do movimento “pró” educação física após Sydney.

De acordo com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – lei n. 9.394/96 – fica garantida a inclusão da EF como componente curricular da educação básica. Todavia, são notórias as dificuldades enfrentadas pela disciplina para permanecer na dinâmica curricular das instituições de ensino. Essa situação é recrudescida em função de um problema de exegese legislativa que, graças à generalidade e flexibilidade assumida pela nova LDBEN, permitia às escolas reduzir sobremaneira a presença da EF.

O ex-ministro do MET, Carlos Melles, ao assumir tal ministério, “[...] debruçou-se sobre seus programas e identificou o primeiro vazio [...] [qual seja], o cancelamento da obrigatoriedade da Educação Física e do esporte na escola” (Esporte na Escola, 2002, p. 17). A medida por ele tomada, no intuito de resolver esse problema, foi a criação de uma portaria interministerial<sup>9</sup> que, posteriormente, resultou na promulgação da lei n. 10.328, de 12 de dezembro de 2001, retificando a LDBEN/1996, mais precisamente seu artigo 26, mediante a inclusão da palavra “obrigatório” à frente da expressão curricular.

Para Graef (Esporte na Escola, 2002), apesar de corroborada a obrigatoriedade da EF<sup>10</sup> no interior das escolas, pouco se fez para que de fato a disciplina ocorresse.

9. Portaria interministerial n. 73, de 21 de junho de 2001.

10. Ou como ele diz: “...a obrigatoriedade da prática esportiva...” (Esporte na Escola, 2002, p. 9).

Essa obrigatoriedade, em grande medida, foi possível graças ao Programa Esporte na Escola, que coloca essa questão na ordem do dia.

A celeuma criada em torno da legislação e equivocadamente dada como “vencida” pelo Conselho Federal de Educação Física com a inclusão da palavra “obrigatório” ao artigo 26, parágrafo 3º da LDBEN, continua a perpetuar uma questão nevrálgica para a EF, que é a da legitimidade.

Em nosso entendimento a questão da legitimidade não será resolvida apenas através de dispositivos legais. E neste aspecto a atuação do Confef é limitada, pois aproveitou o clima criado e a legitimidade por ele alcançada e, pautado em princípios corporativistas, exerceu sua influência nos destinos da EF escolar mediante a parceria com o MET e o MEC no programa.

Após aduzirmos alguns elementos justificadores da intervenção do setor esportivo e mesmo do Confef, no que diz respeito aos rumos do esporte escolar, factível nos é, no próximo e último tópico, pontuar elementos, fundamentais, a nosso ver, para orientar a relação entre esporte e escola – orientações estas que deveriam estar presentes nas políticas públicas para o setor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Oliveira (2001, p. 141), “[...] parece que, 30 anos depois, continuamos a negar a olhar para a realidade sócio-econômica do Brasil e a justificar ideológica e corporativamente os benefícios do esporte para a população”.

A nosso ver, é esse o discurso que subjaz em toda a retórica construída em torno das políticas para o esporte escolar ao longo destas últimas três décadas. A relação entre esporte escolar e EF, no que concerne às políticas públicas para o setor, desenvolveu-se – não sem conflitos, é claro – com ingente influência do sistema esportivo. O Programa Esporte na Escola é mais uma prova cabal dessa contígua relação.

Em recente estudo<sup>11</sup>, procuramos evidenciar quais discursos e práticas o componente curricular EF utilizou, ao longo das três últimas décadas do século XX, para justificar-se na dinâmica curricular de uma instituição de ensino. Um desses discursos, quiçá o mais marcante deles, baseia-se na relação assumida entre a EF e o fenômeno esportivo.

Os dados por nós colhidos indicam a existência de um universo esportivo paralelo às aulas de EF, que prescindia, em grande medida, dessas aulas. Aqueles

---

11. Denominado “Itinerários da educação física na escola: o estudo de caso do Colégio Estadual do Espírito Santo”. Para maiores informações consultar Bracht et al. (2002).

alunos que se destacassem numa determinada modalidade esportiva ou que fossem atletas em clubes da região, eram liberados das aulas de EF desde que se comprometessem em participar de uma das equipes da escola. Havia professores exclusivos, pagos pelo governo do estado do Espírito Santo, para comandar a parte de treinamento esportivo visando à competição, alguns dos quais não possuíam uma formação específica na área.

Foi essa prática esportiva, realizada fora e distanciada das aulas de EF propriamente ditas, a grande responsável pela legitimação dos professores de EF na escola bem como a grande representante da instituição no cenário capixaba<sup>12</sup>. Em função disto – da presença do esporte na escola – os professores de EF adquiriram um *status* maior dada a relação de proximidade com ele. Esse esporte competitivo, mormente na década de 1970, foi reificado no imaginário social da escola.

Nas décadas posteriores, em função do arrefecimento dessa prática competitiva no interior da escola, os professores de EF sentiram-se ameaçados – com a conseqüente perda de *status* – e o componente curricular vê seus espaços reduzidos no espectro curricular da escola. Disso resulta, em nosso entendimento, que não há transferência de legitimidade do esporte escolar (como universo paralelo à EF) para a EF como componente curricular. Em outras palavras, a presença do esporte competitivo não foi suficiente para tornar a EF uma disciplina importante na escola, principalmente perante a coordenação pedagógica e professores de outras disciplinas. Ela legitima os professores, mas essa legitimação baseia-se na idéia de que a EF é o próprio esporte, naquele caso, o esporte competitivo praticado fora das aulas. Quando sua prática arrefece, a disciplina EF não possui argumentos próprios capazes de mantê-la justificada no interior da instituição. Assim, a presença do esporte nessa escola não transferiu à disciplina EF garantias de sua presença indubitável no currículo da instituição. Trata-se, como o título do ensaio nos indica, de uma pseudovalorização.

Diante desses fatos, somos céticos quanto à proposta de legitimação da EF embutida na filosofia do Programa Esporte na Escola. Entendemos que reascender o esporte na escola, nos moldes do programa, não se constitui numa forma eficaz de legitimar a EF como componente curricular nas instituições de ensino.

Advogar tal postura não corresponde a negar o esporte como elemento de ensino da EF. Criticar o esporte não significa ser contrário à sua aprendizagem. Tratá-lo criticamente nas aulas, e aqui reside outro equívoco, não quer dizer ser contra as técnicas desportivas ou negá-las; da mesma forma, grassou o entendi-

---

12. As vitórias nas competições esportivas eram percebidas no imaginário social como indicador de qualidade de ensino. Nada tão antigo, nada tão atual.

mento de que, ao lhe darmos um trato crítico, estaríamos prescindindo do movimento em favor da reflexão (o importante é fazer este acompanhar aquele). Portanto, nossa defesa não é por sua abolição das aulas, mas sim por um trato pedagógico do esporte – analisando o tipo de educação veiculado por uma ou outra forma de manifestação esportiva – para que se torne educativo numa determinada perspectiva (crítica) de educação.

Pensemos, então, sobre alguns elementos que consideramos vitais na relação a ser assumida entre o componente curricular EF e o fenômeno esportivo. Em outros termos, na sua transformação em um saber escolarizado.

Numa linguagem sociológica, o esporte é concebido como um subsistema possuidor de códigos próprios, estando orientados por princípios como a concorrência, o rendimento, a igualdade de oportunidades, rejeitando, nos extremos, postulados outros, como a saúde, o prazer, a educação<sup>13</sup>. De “igual” modo, a escola também funciona como um subsistema, só que regido por cânones dissonantes aos da instituição esportiva (sua função, podemos dizer, é a maximização da educação).

Portanto, as políticas públicas, quando da sua elaboração, ao tratar do esporte e da escola, deveriam considerar que, em termos sociológicos, estamos nos referindo a instituições com universos simbólicos muitos distintos. O grande desafio é conciliá-los e/ou tensioná-los, algo preterido pelo Programa Esporte na Escola. A escola tem especificidades que precisam ser respeitadas; isso “obriga” todo e qualquer tipo de saber que pretenda adentrar a escola a passar pelo crivo dessas especificidades, tornando-se um saber tipicamente escolar. Portanto, e sem negar o potencial educativo do esporte, é preciso que o esporte passe por um trato pedagógico para que se torne um saber característico da escola e que se faça educativo na perspectiva de uma determinada concepção ou projeto de educação.

Com o que vem sendo propalado pelo programa, há a possibilidade de a EF ser confundida com o esporte ou, em última instância, a EF ser o próprio esporte, limitando as suas possibilidades quando restringida ao ensino das destrezas esportivas ou em função da primazia desse conteúdo nas aulas, privando os alunos de outras práticas corporais.

Promover a alfabetização esportiva vai muito além da aprendizagem de destrezas; o exercício da plena cidadania no plano da cultura corporal de movimentos e especificamente no plano do esporte exige o desenvolvimento de competências que vão além dessas habilidades e que abrangem também a capacidade de situar

---

13. Isso não o impede de ser ressignificado, sendo praticado a partir de códigos como a sociabilização, o divertimento, a saúde etc.

histórica e socialmente essa prática humana, de perceber e analisar os valores que a orientam, os benefícios e os prejuízos de uma ou outra forma da prática esportiva.

Portanto, o esporte escolar só faz sentido se for pedagogizado, ou seja, submetido aos códigos da escola. Em termos mais concretos, isso significa que não basta, para a realização da função da escola, que o esporte seja aprendido e praticado nos seus espaços, é preciso também que o esporte escolar instrumentalize o indivíduo a compreender o fenômeno esportivo.

Além disso, se precisamos do esporte da escola, então a responsabilidade da política esportiva escolar precisa se concentrar nas autoridades educacionais. Assim, competentes para orientar o esporte escolar, precisam ser o Ministério da Educação e as secretarias estaduais e municipais (e as escolas é claro). O que vem acontecendo em nosso país, pelo menos a partir da década de 1970, com a incorporação do esporte escolar ao sistema esportivo nacional, é que, em muitos casos, o esporte escolar é orientado pelos órgãos responsáveis pelo esporte que possui vinculações com o sistema esportivo *stricto sensu*.

Óbvio que, ao advogarmos tal atitude, não somos contrários a parcerias com outros sistemas ou instituições (como a esportiva). No entanto, tal interação deve ocorrer a partir da especificidade da instituição educacional. Com o Programa Esporte na Escola, parece acontecer exatamente o oposto: é o MET que norteia as ações e pede auxílio ao MEC para penetrar no espaço escolar.

Se considerarmos agora a dinâmica cultural, entendemos que, para as funções da instituição escolar, a referência para o trato do esporte não deveria ser a perspectiva hegemônica. Se buscarmos com o esporte escolar que os indivíduos se apropriem de um elemento da cultura a ser vivenciado pelo resto da vida, a referência precisa ser o esporte praticado a partir de códigos como a saúde, a sociabilidade, o prazer, o divertimento (o esporte como atividade de lazer). Para a massa da população, o esporte normatizado e de rendimento tem pouca importância enquanto referência para a prática.

Dessa forma, para a EF, é fundamental obter, urgentemente, legitimidade no interior do campo pedagógico, enquanto prática e disciplina acadêmica, sob a pena de ter sua própria existência ameaçada e isso não simplesmente no sentido da extinção, mas de simples substituição pelo esporte (na escola). À luz de nossas análises, refutamos a idéia de que um programa como esse – mediante o recrudescimento da prática esportiva no interior da escola – seja capaz de fazer da EF uma disciplina legitimada nas instituições de ensino.

Por fim, e agora pensando nos estudiosos da área da história das disciplinas escolares, se a escola não é por excelência o local do conservadorismo, da inércia ou então não funciona como mero depósito da cultura mais geral da sociedade,

mas sim é o *locus* privilegiado para a criação de uma cultura que não forma apenas indivíduos, mas também penetra e modifica a cultura na qual ela está inserida, então que os professores de EF assumam a responsabilidade e sua autonomia como agentes sociais e atuem ressignificando práticas hegemônicas de esporte, dando origem a uma cultura escolar do esporte, quer dizer, “[...] a sua submissão [do esporte] a uma prática, a um uso, a uma arte, a uma maneira de fazer intrinsecamente escolares” (Vago, 2002, p. 15).

Ratifica-se, então, a idéia da escola como lugar de produção de cultura. Cabe-nos, dessa forma, ao tratar do esporte, “[...] produzir outras possibilidades de se apropriar dele – é o processo de escolarização do esporte – e, com isso, influenciar a sociedade para conhecer e usufruir de outras possibilidades de se apropriar do esporte. Buscar uma tensão entre o espaço social da escola e o espaço social mais amplo” (Bracht, 2000, p. XXI).

### The school sports policy in Brazil: the pseudovaluation of the physical education

*ABSTRACT: The discussion regarding the relationships taken for granted between the physical education (PE) and the sport raises stimulating debates in our field. In this sense, without intending to exhaust this topic within this paper, our aim is to discourse about the links established between the physical education and the sports policy in Brazil – mainly along the past three decades of the 20<sup>th</sup> century – having the following issue as our guiding axis: what does it mean to the physical education as a curricular content, the fact that the sport activities have been developed in the schools under the influence of the sports system intermediated by the State?*  
*KEY-WORDS: Physical education; public policies; sport.*

### La política del deporte escolar en Brasil: pseudovalorización de la educación física

*RESUMEM: La discusión que involucra las relaciones entre la educación física (EF) y el deporte levanta importantes debates en nuestra área. En ese sentido, nuestro objetivo con este ensayo, sin pensar agotar el tema, es disertar acerca de las conexiones establecidas entre la educación física y la política deportiva en el país - principalmente a lo largo de las últimas tres décadas del siglo XX – y tiene como eje la siguiente pregunta: ¿qué significado tiene para la educación física como componente curricular el hecho del deporte ser desarrollado en la escuela bajo la influencia del sistema deportivo por la intermediación del Estado?*  
*PALABRAS CLAVES: Educación física; política pública; deporte.*

## REFERÊNCIAS

BRACHT, V. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. Vitória: UFES, Centro de Educação Física e Desportos, 1997.

\_\_\_\_\_. Esporte na escola e esporte de rendimento. *Revista Movimento*, Escola Superior de EF da UFRGS, ano VI, n. 12, p. XIV-XXIV, 2000/1.

\_\_\_\_\_. O esporte de rendimento. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS (Org.). *Desafios para o século XXI: coletânea de textos da 1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto*. Brasília: Coordenação de Publicações, 2001, p. 647-653.

\_\_\_\_\_. Esporte, história e cultura. In: PRONI, M; LUCENA, R. (Orgs.). *Esporte: história e sociedade*. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 191-205.

BRACHT, V. et al. Educação física escolar e o Programa Esporte na Escola: possibilidades legitimadoras de um componente curricular. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE, 1., 2002, Santa Tereza. *Anais...* Vitória: Secretaria Estadual do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2002 (no prelo).

BRASIL. *Ministério da Educação e Cultura*. Plano Nacional de Educação Física e Desporto – PNED. Brasília: MEC/DED, 1976.

CASTELLANI FILHO, L. O esporte na Nova República. *Corpo e Movimento*, n. 4, p. 7-10, abril, 1985.

\_\_\_\_\_. Notas para uma agenda do esporte brasileiro. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS (Org.). *Desafios para o século XXI: coletânea de textos da 1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto*. Brasília: Coordenação de Publicações, 2001, p. 577-589.

COSTA, L.P. *Diagnóstico de educação física/desportos no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Fundação Nacional de Material escolar, 1971.

ESPORTE NA ESCOLA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 1-35, 3 de mar. 2002.

GARIGLIO, J. A. Proposta de ensino de educação física para uma escola profissionalizante: uma experiência no CEFET–MG. In: CAPARRÓZ, F. E. (Org.). *Educação física escolar: política, investigação e intervenção*. Vitória: Proteoria, 2001. p.39-65.

LINHALES, M.L. Políticas públicas para o esporte no Brasil: interesses e necessidades. In: SOUZA, E.S; VAGO, T.M. (Org.). *Trilhas e partilhas: educação física na cultura escolar e nas práticas sociais*. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Cultura, 1997. p. 219-229.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Eu sou o DED*. Brasília: 1971.

NOZAKI, H.T. Avaliação do contexto da educação física brasileira: propostas oficiais e alternativas no campo contra-hegemônico. In: ENCONTRO FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, 6, 2002, Niterói. *Anais...* Universidade Federal Fluminense, 2002. p. 213-232.

OLÉIAS, V. J. Políticas esportivas no neoliberalismo. *Revista Motrivivência*, ano IX, n. 12, p. 65-76, 1999.

OLIVEIRA, M. A. T de. *A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968-1984) e a experiência de professores da rede municipal de ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência*. 2001. 399f. Tese (Doutorado em Educação: história e filosofia da educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

SADI, R. S. A qualidade da educação física escolar. In: CAPARRÓZ, F. E. (Org.). *Educação física escolar: política, investigação e intervenção*. Vitória: Proteoria, 2001. p.141-168.

SILVA, P. T. N. São as políticas públicas efetivamente “políticas sociais”? *Revista Motrivivência*, ano IX, n.12, p. 79-91, 1999.

VAGO, T. M. O “esporte na escola” e o “esporte da escola”: da negação radical para uma relação de tensão permanente: um diálogo com Valter Bracht. *Revista Movimento*, Escola Superior de EF da UFRGS, ano III, n. 5, dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Cultura escolar e/de educação física: tateando caminhos. In: SEMINÁRIO BRASIL-ARGENTINA – PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA NA AMÉRICA DO SUL, 2002, Vitória.

Recebido: 30 nov. 2002

Aprovado: 8 jan. 2003

Endereço para correspondência

Valter Bracht

Caixa Postal 01-9014

Vitória – Espírito Santo

CEP 29060-970